

## *Bouvard et Pécuchet* e o fantástico uso da biblioteca em Flaubert

Fernanda Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

O ENREDO DE *BOUVARD ET PÉCUCHET* compreende uma história muito simples. Bouvard e Pécuchet se encontram, numa tarde quente de verão, e se conhecem. Eles descobrem que não só exercem a mesma profissão, a de copista, mas que também possuem os mesmos interesses: eles adorariam, por exemplo, viver no interior se pudessem. Uma herança bastante oportuna de Bouvard lhes permite mudarem de vida, pois o dinheiro é investido em uma fazenda em Calvados, próximo a Caen, o que os inspira a se aventurarem na agricultura. A incapacidade deles, entretanto, de compreender as leituras, além da obstinação exagerada de procurarem aplicar aquilo que leem à realidade, como se as leituras fossem um manual, vai custar a eles muitos desastres. Da mesma maneira, eles também demonstrarão interesse por medicina, química, geologia, política, literatura, educação (das crianças) etc., sendo que em todas as áreas o fracasso se repete.

Observa-se, desde o início, que Flaubert cria, em *Bouvard et Pécuchet*, uma obra que se centra na noção de escritura, que se organiza a partir do cientificismo do século XIX e, ao mesmo tempo, da restrita compreensão de leitura da burguesia (aliás, não só dessa leitura dela, mas, ampliando a questão, da leitura romântica em si, a qual é atacada ferozmente<sup>2</sup>). O autor vai também, conforme Michel Brix afirma, trabalhar a problemática do escritor, do escrever, relacionado à cópia:

[...] ora, para Flaubert, o artista é aquele que luta contra as ideias recebidas e contra qualquer espécie de verdade ou de ideal que desejam lhe impor. Ao mesmo tempo, as duas outras grandes novelas do autor mostram que Emma Bovary, “mulher de alta poesia e falsos sentimentos”, bem como Bouvard e Pécuchet, homens de falsos conhecimentos, não são autênticos; eles reproduzem pensamentos e emoções dos outros. Todos os personagens oferecem tantos contrastes à figura do escritor, a quem retorna a tarefa de permanecer autenticamente ele mesmo, sob penalidade de ver desaparecer o seu gênio criador [...] <sup>3 4</sup>

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo programa de Estudos Linguísticos, Tradutológicos e Literários em Francês, bolsista Capes. Membro do GELLE (Grupo de Estudos Literatura, Loucura e Escrita).

<sup>2</sup> Não seria a primeira vez que Flaubert faria isso, aliás, a ideia permeia toda sua obra. Podemos nos lembrar de *Madame Bovary* e a zombaria que há em relação às leituras que Emma faz. De alguma maneira, já parece haver, aos poucos, certa encenação de uma incompetência de leitura romântica, na medida em que esta seria considerada como a experiência exemplar para o sujeito, o que culmina numa ironia total desta leitura em *Bouvard et Pécuchet*.

<sup>3</sup> Todas as traduções não referenciadas são nossas.

<sup>4</sup> BRIX, Michel. “L’Éducation sentimentale de Flaubert: de la peinture de la passion “inactive” à la critique du romantisme français”. *Études littéraires*, vol. 30, n. 3, 1998, p. 118.

Outro elemento relevante é a noção de reescritura<sup>5</sup> em Flaubert. Em *Bouvard et Pécuchet*, a partir, por exemplo, do *Dictionnaire des idées reçues*, nós podemos observar que o autor é: “[...] habitado pela loucura da leitura preparatória, e, coisa mais preciosa, pela loucura da cópia. Não somente nos deixou as listas de livros lidos ou consultados, mas também páginas inteiras ‘de recopias’ [...]”<sup>6</sup>.

### *Toda linguagem do mundo e de fora dele: a repetição e a biblioteca*

Essa cópia indicada como recorrente no texto flaubertiano é cópia de quê? Cópia de tudo: “O subtítulo será: ‘Da falta de método na ciência’. Em breve, eu tenho a pretensão de fazer uma revisão de todas as ideias modernas”<sup>7</sup>. Ou seja, é uma tentativa de trabalhar tudo que se produziu até aquele momento, o que inclui o trabalho com o senso comum e a biblioteca, claro. Neste momento, analisaremos a última.

Considerando Foucault<sup>8</sup>, poderíamos pensar que a concepção de literatura só parece admissível quando passa a haver uma posição ativa do autor em relação à linguagem. Para o crítico, a repetição sempre permeou a atividade de escrita; contudo, antes da literatura, aquilo que seria repetido já fora dado anteriormente:

[...] parece-me possível dizer que, na época clássica, de todo modo, antes do final do século XVIII, toda obra de linguagem existia em função de uma determinada linguagem muda e primitiva, que a obra seria encarregada de restituir. Essa linguagem muda era, de certo modo, o fundo inicial, o fundo absoluto sobre o qual toda obra vinha, em seguida, se destacar e se alojar. Essa linguagem muda, linguagem anterior às linguagens, era a palavra de Deus, dos antigos, a verdade, o modelo, a Bíblia [...].<sup>9</sup>

O advento da literatura, por sua vez, surge do vazio deixado pelo fim das verdades, pela ausência daquilo que se poderia repetir, por conseguinte, seu desenvolvimento ocorrerá na capacidade de a linguagem repetir a si mesma. A essa repetição passa a oferecer muito mais possibilidades, levando-a ao infinito, pois a linguagem, conforme indicou Saussure, pauta-se num conjunto de diferenças.

A repetição contínua, por sua vez, seria uma das três imagens que passariam a compor a literatura, segundo Foucault:

[...] se, portanto, tivéssemos de caracterizar o que é a literatura, teríamos a figura negativa de transgressão e do interdito, simbolizada por Sade, a figura da repetição contínua, a imagem do homem que desce ao túmulo com o crucifixo na mão, desse homem que só escreveu do “além-túmulo”, a figura da morte simbolizada por Chateaubriand, e finalmente, a figura do simulacro [...].<sup>10</sup>

<sup>5</sup> Em Flaubert, não se trata simplesmente de *écriture*, escrever de novo, mas de *réécriture*, pois o movimento de reescrita é imbuído da discussão a respeito da escritura, do próprio ato de escrever.

<sup>6</sup> DEBRAY-GENETTE, Raymonde. *Métamorphoses du récit autour de Flaubert*. Paris: Seuil, 1988, p. 27.

<sup>7</sup> Carta de Flaubert a Gertrude Tennant, em 16 dez. 1876. FLAUBERT, Gustave. *Correspondências*. Disponível em: <http://flaubert.univ-rouen.fr/correspondance/conard/lettres/lettres1.html>

<sup>8</sup> Tem-se como base FOUCAULT, Michel. “Linguagem e literatura”. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 137-182.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 151-152.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 149.

Essa repetição contínua é desenvolvida por Foucault como repetição contínua da biblioteca. Isso porque a literatura do século XIX, para ele, é marcada “pela recusa da própria literatura”<sup>11</sup>, o que a levou a querer dizer tudo a partir da destruição do que já fora dito, ou seja, recorrendo à biblioteca:

[...] hoje, o espaço da linguagem não é definido pela Retórica, mas pela Biblioteca: pela sustentação ao infinito das linguagens fragmentares, substituindo à dupla cadeia da retórica a linha simples, contínua, monótona de uma linguagem entregue a si mesma, devotada a ser infinita porque não pode mais se apoiar na palavra do infinito. Mas ela encontra em si a possibilidade de se desdobrar, de se repetir, de fazer nascer o sistema vertical dos espelhos, imagens de si mesma, das analogias. Uma linguagem que não repete nenhuma palavra, nenhuma Promessa, mas recua infinitamente a morte abrindo incessantemente um espaço onde ela é sempre o análogo de si mesma [...].<sup>12</sup>

Isso, por sua vez, remete-nos à biblioteca, traçada por Foucault em “La Bibliothéque fantastique”. O texto que é analisado por Foucault é *La Tentation de Saint Antoine*, e, no artigo, aponta-se a oportunidade de explorar aquilo que já foi escrito. Isso porque, por meio desse escrito, o homem pode, agora, alcançar o espaço da imaginação, que foi possível com o século XIX e com o fato de a linguagem se tornar linguagem e não mais discurso (o signo não precisa mais ser pura e simplesmente representatividade, pois ele também se volta para si e busca certa existência enquanto ser autônomo, apesar de nossos homenzinhos não perceberem isso):

[...] O imaginário habita entre os livros e a lâmpada. O fantástico não está mais no coração, não se esperam mais as incongruências da natureza, extrai-se da exatidão do saber, sua riqueza está em espera no documento. Para sonhar, não é necessário fechar os olhos, é necessário ler. A verdadeira imagem é o conhecimento. São as palavras já ditas, o comentário preciso, as massas de informação minúsculas, os pequenos pedaços de monumentos e as reproduções que, na experiência moderna, possuem o poder do impossível. Não há mais que o rumor assíduo da repetição que pode nos transmitir aquilo que teve seu lugar não mais que uma vez. A imaginação não constitui contra o real para negá-lo ou compensá-lo, estende-se entre os signos, de livro a livro, no interstício de repetições e dos comentários, ele é nascido e moldado entre os textos. Este é o fenômeno biblioteca [...].<sup>13</sup>

A retomada de tudo que já foi dito parece criar muitas possibilidades de escrita, espaços de imaginação muito felizes. Tanto em um texto como *La Tentation de Saint Antoine*, em que o imaginário chega às alucinações do santo, quanto em *Bouvard et Pécuchet*, em que a loucura parece habitar o pacto de fazer acontecer o que está escrito, o uso da biblioteca parece ganhar uma dimensão crucial. Ela funcionaria como a possibilidade mesma de jamais cessar o processo de

<sup>11</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>12</sup> Idem, “A Linguagem ao Infinito”. In: *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 58.

<sup>13</sup> Idem, “La bibliothéque fantastique”. In: *Travail de Flaubert*. Paris: Seuil, 1983, p. 387.

escrita, de não encerrar a linguagem, pois ganha uma função que é a de escrever todos os livros, trazer para dentro da obra uma gama de outros textos e dar a eles aquilo que lhes havia sido retirado: sua autonomia, a autonomia do signo, que agora é visto como linguagem e que pode se juntar a outros; isso porque, retomando Foucault, ao apontar o surgir da literatura: “[...] como se seu discurso não pudesse ter por conteúdo senão dizer sua própria forma [...] e assim todos os seus fios convergem [...] para o simples ato de escrever [...]”.

Dessa forma, o fenômeno de biblioteca encerra em si, ou melhor ainda, expande, a própria linguagem, uma vez que o conteúdo de *Bouvard et Pécuchet* aponta para um discurso que desenrola o próprio discurso, e, já que ele parece só ter sentido dentro da discursividade, é a discursividade que passa a ser o objeto nesse instante: o discurso, então, esvazia-se de sua representabilidade (esvazia-se, aqui, no sentido de não se remeter somente a ela), emergindo o signo mesmo, como objeto de tal maneira ainda que os personagens insistam em tentar dar-lhe vida, em tentar aplicar na realidade o que leem, isso não é factível.

A biblioteca, de fato, parece submeter-se à ideia de uma repetição contínua, pois é o dizer sempre o que já foi dito, apontando para o fato de que a repetição se organiza em torno da problemática do ato da escrita:

[...] é claro que a repetição é uma propriedade constitutiva da linguagem, mas essa propriedade não permanece neutra e inerte em relação ao ato de escrever: *Escrever não é contornar a repetição* necessária da linguagem: *escrever*, no sentido literário, é situar a repetição no âmago da obra [...].<sup>14</sup>

A ideia da escritura instaurar-se-ia, já que a biblioteca “[...] designa o compartimento para um livro, o lugar de depósito dos livros, o lugar onde se põem, depositam, deixam repousar, o lugar onde se guardam em depósito ou armazenam os livros [...]”<sup>15</sup>. Sendo assim, ela também nomearia o espaço em que se encontram esses materiais “[...] à disposição do usuário [...]”, funcionando como “[...] um espaço de trabalho, de leitura e de escrita [...]”<sup>16</sup>. O armazenamento de todos os livros permitiria sua reprodução, sua duplicação, seu uso por parte daquele que escreve.

O espaço da biblioteca, ou melhor, o conceito mesmo de biblioteca, tornou-se importante a partir do momento em que a linguagem emergiu à categoria de objeto autônomo, uma vez que passou a organizar-se em torno de si mesma, conforme aponta Derrida:

[...] o acontecimento de ruptura, a disrupção a que aludia ao começar, ter-se-ia talvez produzido no momento em que a estruturalidade da estrutura deve ter começado a ser pensada [...]. Desde então deve ter sido pensada a lei que comandava de algum modo o desejo do centro na constituição da estrutura, e o processo da significação ordenando os seus deslocamentos e as suas substituições a essa lei da presença central [...]. Desde então deve-se sem dúvida ter começado a pensar que não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidamente substituições de signos.

<sup>14</sup> Idem, “Linguagem e literatura”. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 160.

<sup>15</sup> DERRIDA, Jacques. “O livro por vir”. In: *Papel-máquina*. Estação Liberdade: São Paulo, 2004, p.21.

<sup>16</sup> Ibidem, p.22.

Foi então o momento em que a linguagem invadiu o campo problemático universal; foi então o momento em que, na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso [...] isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças.

A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação [...] <sup>17</sup>

Para tratar de jogo, Derrida desenvolve a ideia das possibilidades infinitas de a língua desempenhar-se, apesar de finitos fonemas e finitas combinações, as quais, somadas, oferecem uma organização sem fim. Isso, para Derrida, denotaria a diferença, sendo que ela poderia ser pensada como uma potencialidade a se desenvolver nas relações que a linguagem <sup>18</sup> permite. Para pensar o “quase-conceito” <sup>19</sup>, o teórico francês procura a etimologia da palavra e mostra que o verbo “diferir” tem dois sentidos que parecem bem distintos: um no latim (*differre*) e um no grego (*diapherein*):

[...] a distribuição do sentido do *diapherein* grego não comporta um dos dois motivos do *differre* latino, a saber, a ação de remeter para mais tarde [...]. Diferir nesse sentido, é temporizar, é recorrer, consciente ou inconscientemente, à mediação temporal e temporalizada de um desvio que suspende a consumação e a satisfação do desejo ou da vontade, realizando-o de fato de um modo que lhe anula ou modera o efeito. [...] O outro sentido de diferir é o mais facilmente identificável: não ser idêntico, ser outro, discernível [...] <sup>20</sup>

Enquanto o conceito grego se liga à ideia de temporização, o latino o faz em relação à espacialidade. A primeira remete ao fato mesmo de algo que é sempre adiado, que nunca realmente acontece, já que os signos não conseguem evocar precisamente nunca aquilo que se deseja; já a segunda, à ideia de reorganização e hierarquização de significados, concernente ao espaço que eles ocupam.

Derrida sustentar-se-ia nesses dois elementos para poder esquivar-se da dicotomia ausência x presença, instaurando a noção do rastro, que não chega a ser um conceito e com o qual a diferença se relaciona, já que aquele, assim como esta:

---

<sup>17</sup> Idem, *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 409-410.

<sup>18</sup> Vale lembrar aqui que Derrida, no que concerne a essa questão, considera aquilo que é afirmado pelo teórico francês Ferdinand de Saussure: “[...] Tudo o que precede equivale a dizer que na língua só existem diferenças [...] quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema [...]”. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, s.d. Isso acarreta inúmeras construções lexicais, uma infinidade de combinações que retornam em virtude da repetição, logo, possibilidades infinitas de composição. Derrida torna isso bastante evidente ao criar o termo “diferência” (*différance*), já que, em francês, *différance* e *différence* possuem a alteração de uma letra, mas não há mudança fonética, mostrando que a escritura não reproduz exatamente a fala. Contudo, não podemos esquecer que essa troca também altera o significado.

<sup>19</sup> Derrida deixa bastante evidente em sua obra que não pretende apresentar a diferença como um conceito, mas sim como uma possibilidade, uma potencialidade de se criarem conceitos. Cf. DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e Antonio Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991, p. 38.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 38-39.

[...] é o que faz com que o movimento da significação não seja possível a não ser que cada elemento dito “presente”, que aparece sobre a cena da presença, se relacione com outra coisa que não ele mesmo, guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca da sua relação com o elemento futuro, relacionando-se o rastro menos com aquilo a que se chama presente do que aquilo a que se chama passado, e constituindo aquilo a que chamamos presente por intermédio dessa relação mesma com o que não é ele próprio. É necessário que um intervalo o separe do que não é ele para que ele seja ele mesmo, mas esse intervalo que o constitui em presente deve, no mesmo lance, dividir o presente em si mesmo [...] este intervalo constituindo-se, dividindo-se dinamicamente, é aquilo a que podemos chamar *espaçamento*, devir-espaço do tempo ou devir-tempo do espaço (*temporização*). E é a esta constituição do presente, como síntese “originária” e irreduzivelmente não simples, e, portanto, *stricto sensu*, “não-originária”, de rastros de retenções e pretensões [...] que eu proponho que se chame *arqui-escrita*, *arqui-rastro*, ou *diferência*. Esta (é) (simultaneamente) *espaçamento* (e) *temporização* [...].<sup>21</sup>

A diferença (adotando a tradução da nomenclatura de Derrida que, em francês, inclui a ideia de errância), logo, seria possível em virtude da ausência de origem, de um centro, sendo ela a potencialidade de um poder surgir, da imersão de um novo conteúdo a partir da repetição do que já existe, na recombinação daquilo que se apresenta como já feito. Essa ausência do centro e da própria origem parece tornar necessário um mecanismo como a repetição, já que não há nada que a linguagem possa almejar como um início. Então, cabe a ela encontrar um novo “sentido”: trabalhar em torno de si mesma, repetindo-se e repetindo o que já foi escrito. Nesse sentido, a biblioteca é aquilo que parece melhor figurar um mecanismo de repetição da linguagem porque é nela que se encontraria o material a ser explorado, é nela que se encontram os discursos já produzidos, os quais podem ser base para a escrita de novos discursos, para a organização de novos signos e de novas combinações. Ela seria um amontoado de discursos e, enquanto amontoado, pode promover uma discussão e uma reposição do mesmo, com a potencialidade de escrever o diferente.

Para Flaubert, fazer uso da biblioteca seria uma ferramenta fundamental, já que *Bouvard et Pécuchet*, como a crítica já tratou, é uma cópia, uma reescrita dos tratados, dos manuais e das enciclopédias, como pode ser ilustrado no trecho que se segue:

– Espere um pouco – disse Pécuchet, procurando na parte de baixo de sua biblioteca, onde se acumulavam os livros do último proprietário, um velho jurisconsulto, maníaco e culto. Depois de deslocar muitos romances e peças de teatro, além de um Montesquieu e um Horácio, alcançou o que procurava: a obra de Beaufort sobre a história romana.

Tito Lívio atribuiu a fundação de Roma a Rômulo, Salústio concede a honra aos troianos de Enéias. Coriolano morreu no exílio, segundo Fábio Píctor, ou pelos estratagemas de Átio Túlio, se acreditarmos em Dionísio de Halicarnasso. Sêneca afirma que Horácio Cocles voltou vitorioso e Díon

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 45.

Cássio, que foi ferido na perna. E La MotheleVayer expressa dúvidas semelhantes com respeito aos outros povos.

Não há acordo sobre a antiguidade dos caldeus, sobre o século de Homero, sobre a existência de Zoroastro, sobre os dois impérios da Assíria. Quinto Cúrcio escreveu contos da carochinha. Plutarco desmente Heródoto. Teríamos uma outra ideia de César se Vercingetorix tivesse escrito seus *Comentários*[...].<sup>22</sup>

O trecho é marcado pela reescrita dos livros de história, por outros discursos, sendo que esses livros se encontram na “biblioteca de nossos homenzinhos”.

A problemática, porém, não estaria em admitir que a obra seja construída a partir da cópia, do conceito de biblioteca, mas sim em traçar quais são as implicações disso, como a repetição se organiza e como ela funciona na escritura de um novo texto. O esvaziamento do discurso ainda precisa ser mais explorado, tendo em vista, agora, o mecanismo da repetição.

### *A repetição e o senso comum: questões de cópia, questões de simulacro*

A biblioteca configurar-se-ia como resultado da cópia de trechos e de ideias durante a confecção da obra, já que isso encaminharia o texto para uma lógica em que “tudo já havia sido dito”. *Bouvard et Pécuchet* seria somente uma forma de repor tudo isso, seria “a revisão de todas as ideias modernas”.

Quando Deleuze trata do senso comum (no qual obviamente a biblioteca está inserida), há na sua explanação uma visão de certo modo positiva que a filosofia teria dado ao clichê, já que ele serviria como um apoio para que o ato de pensar ocorresse, já que não podemos nos esquecer de que ele é aquilo que auxilia a retomar o contexto:

[...] a forma mais geral da representação está, pois, no elemento de um senso comum como natureza reta e boa vontade (Eudóxio e ortodoxia). O pressuposto implícito da Filosofia encontra-se no senso comum como *cogitatio natura universalis*, a partir do qual a Filosofia pode ter seu ponto de partida [...].<sup>23</sup>

Isso porque se fez necessário haver um ponto de partida<sup>24</sup>, alguma ligação com a realidade:

[...] o pensamento conceitual filosófico tem como pressuposto implícito uma Imagem do pensamento, pré-filosófica e natural, tirada do elemento puro do senso comum. Segundo esta imagem, o pensamento está em afinidade com o verdadeiro, possui formalmente o verdadeiro e quer materialmente o verdadeiro. E é sobre esta imagem que cada um sabe, que se presume que cada um saiba o que significa pensar [...].<sup>25</sup>

<sup>22</sup> FLAUBERT, Gustave. *Bouvard e Pécuchet*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 154.

<sup>23</sup> DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2009, p. 192.

<sup>24</sup> Seria pertinente neste instante pensar nas ideias de Jacques Rancière acerca do consenso e do dissenso. Ao tratar do consenso e de sua relação com a democracia, o teórico, no texto “Dissenso”, mostra que o consenso seria: “[...] a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir [...] pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem [...]”. RANCIÈRE, Jacques. “Dissenso”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.374. Sendo assim, percebemos que o consenso estaria ligado ao não conflito da constituição mesma das coisas, ou seja, ao senso comum, desta forma, a filosofia deveria fugir do consenso.

<sup>25</sup> DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2009, p. 192.

O senso comum, ou a “[...] suposta identidade de um Eu como unidade e fundamento de todas as faculdades [...]”<sup>26</sup>, assim, serviria como um começo, como uma origem para o filósofo, o que é um pressuposto que nos interessa muito, porque a obra de Flaubert centra-se na reprodução do senso comum. Se este funciona como um elemento denotador de origem, a fixação de Flaubert pode relacionar-se ao desejo de apoiar-se em um começo, em virtude, como já vimos, de a obsessão que opera no campo da linguagem parecer ser exatamente a da carência de uma origem, de um centro.

A ideia de cópia, por sua vez, relaciona-se ao senso comum na medida em que é a utilização desses discursos já concebidos e aceitos. Entretanto, a cópia em Flaubert não se limitaria a isso, uma vez que, como já vimos, a recorrência ao recurso da biblioteca como fonte é constante, o que o levou a ler muitas obras e fichá-las também. Aquilo que se coloca aqui é pensar como a estratégia da cópia funcionaria no que concerne à ideia de repetição, tendo em vista ainda os conceitos que permeiam a distinção de Deleuze entre “repetição bruta” e “verdadeira”. Começamos referindo-nos à ideia de cópia para o teórico.

Para tratar dessa distinção, a qual, aliás, surge como um fio condutor do livro *Diferença e repetição*, o filósofo francês centra-se na ideia de “reversão do platonismo”. Platão, conforme aponta Deleuze, dividiria o domínio das imagens-ídolos em duas instâncias: as cópias-ícones, que foram selecionadas como bons pretendentes, já que estariam revestidas de semelhança, seriam, assim, bem fundamentadas; e os simulacros-fantasmas, que seriam signos de objetos mergulhados em dessemelhança, logo, maus pretendentes. Isso teria motivado a ideia de que a semelhança, o mesmo, fosse instaurado como uma questão positiva para a Filosofia.

Deleuze, por sua vez, ao valorizar a diferença, observará na cópia um caráter mais “negativo”, pois ela seria uma reprodução fiel da Ideia na qual se apoia, se ampara: “[...] de modo algum a cópia é uma simples aparência, pois ela mantém com a Ideia, tomada como modelo, uma relação interior espiritual, noológica e ontológica [...] as cópias são fundadas em sua relação com o modelo [...]”<sup>27</sup>

A cópia sustentar-se-ia, então, em uma relação de semelhança, o que foi valorizado por Platão<sup>28</sup> e o levou a repelir o simulacro, procurando oferecer um caráter negativo a ele, como cópia não produtiva, já que ele seria um “fantasma”, uma imagem cuja semelhança está ausente: “[...] os simulacros são desqualificados porque não suportam nem a prova da cópia nem a exigência do modelo [...]”<sup>29</sup>.

Deleuze, por sua vez, observará no simulacro uma positividade, já que ele não passaria pela Ideia, estaria no campo da dissimilitude, da diferença:

[...] o eterno retorno é dito “paródico”, ele qualifica o que ele faz ser (e retornar) como sendo simulacro. O simulacro é o verdadeiro caráter ou a forma do que é – o “ente” – quando o eterno retorno é potência do Ser (o informal). Quando a identidade das coisas é dissolvida, o ser escapa, atinge a univocidade e se põe a girar em torno do diferente. O que é ou retorna não

<sup>26</sup> Ibidem, p. 319.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 368.

<sup>28</sup> Ao valorizar a cópia em detrimento do simulacro, já que aquela estaria ligada ao modelo, Platão acabou criando uma teoria da Ideia que permitiu o desdobramento da representação, o lugar da ilusão transcendental (Cf. DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2009. p. 369). Associar a prática de Flaubert à cópia seria, então, um equívoco, já que a representação, como indicamos anteriormente, não opera mais como uma questão na obra flaubertiana. Desta forma, observaremos que o simulacro será mais pertinente para a obra do autor.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 368.



tem qualquer identidade prévia e constituída: a coisa é reduzida à diferença que a esquarteja e a todas as diferenças implicadas nesta e pelas quais ela passa. É neste sentido que o simulacro é o próprio símbolo, isto é, o signo na medida em que ele interioriza as condições de sua própria repetição [...].<sup>30</sup>

O simulacro, assim, seria aquele que participa do eterno retorno, pois é ele que, ao contrário da cópia, se associaria à perda da identidade para que se pudesse alcançar a univocidade.

A reposição das obras feita por Flaubert, por sua vez, não seria uma reprodução fiel do modelo, da Ideia. Não haveria uma preocupação com a semelhança, ou ainda, não se procurariam reproduzir os trechos das obras ou dos discursos visando a uma similitude em relação à fonte. Já observamos anteriormente, no caso do senso comum<sup>31</sup>, que, ao ser deslocado e reorganizado no *Dictionnaire des idées reçues* ou mesmo nas falas dos personagens, esse deslocamento já apontaria um uso diferente daquilo que retorna, não seria mais o uso corrente que se faz da ideia, seria uma nova questão, uma nova organização discursiva em que a imagem passará a se inserir. Esse recurso é muito comum. Observemos, desse modo, estas duas passagens do “Capítulo X”, em que há um uso de outro texto, mas não como modelo:

[...] Em *Emílio*, Jean-Jacques aconselha que o preceptor faça os alunos construírem seus próprios brinquedos, ajudando-os um pouco sem que eles percebam. Bouvard não conseguiu fabricar um arco, nem Pécuchet coser uma bola [...].<sup>32</sup>

[...] Convinha ensinar-lhes línguas? “O espanhol e o italiano”, pretende o Cisne de Cambray [alcunha de Fénelon], “servem apenas para obras perigosas”. Tal motivo pareceu-lhes bobo. No entanto, Victorine não teria o que fazer com esses idiomas, enquanto o inglês era usado comumente [...].<sup>33</sup>

Nesses dois trechos, os discursos utilizados não parecem funcionar como cópia. A ideia toda contida nos textos de que foram extraídos não parece ser repostada. Além disso, o trecho funcionaria deslocado, não haveria similitude, mas sim uma diferença que instauraria um novo sentido no uso desses discursos. No primeiro excerto, apareceria a falta de destreza de nossos homenzinhos, que procuram seguir as propostas de Rousseau para educarem o jovem casal, mas não conseguem, pois eles mesmos não possuem as qualidades necessárias, logo, aquilo que estava no texto de Rousseau não funcionaria mais como uma proposta de como educar, como um manual, mas sim como um indicador da imbecilidade dos protagonistas. Quanto ao segundo, a proposta de Fénelon até parece ser colocada em prática, mas não seria reconhecida de fato como legítima – o que se esperava de uma proposição contida em um manual: que ela fosse aceita por sua legitimidade.

Outra questão pertinente no que concerne à problemática da cópia e que ajudaria a reforçar a concepção de simulacro é a ideia de “roubo”, apontada por Deleuze para definir repetição. Quanto ao desenrolar da narrativa, o termo parece tão mais frutífero, visto que carrega em si a ideia de apropriação. Aquilo que é repetido, agora, pertenceria a outro que não mais os autores

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>31</sup> Não podemos desconsiderar que o clichê é uma figura do mesmo, logo, ao deslocá-lo, haveria uma crítica ao fazer romântico.

<sup>32</sup> FLAUBERT, Gustave. *Op. cit.*, p. 314.

<sup>33</sup> Ibidem, p.315.

originais dos textos científicos, ou, ainda, aquilo que é senso comum, que carecia de um “dono”, que não pertencia a ninguém (e, ao mesmo tempo, pertencia a todos), agora passaria a fazer parte do texto de Flaubert (e também a fazer parte do discurso de nossos homenzinhos, que, de alguma forma, passam a ser “donos” desse discurso). Há um deslocamento nessa repetição, um deslocamento o qual, por si, só parece poder indicar uma diferença em relação aos discursos tomados como “fonte”, pois parece haver uma apropriação em relação ao que é “roubado”. Observemos o seguinte trecho da obra:

[...] A clareza da doutrina os seduziu. Todas as afecções provêm dos germes, que estragam os dentes, perfuram os pulmões, dilatam o fígado, destroem o intestino e nele causam ruídos. O melhor meio para se livrar deles é a cânfora. Bouvard e Pécuchet adotaram-na. Cheiravam-na, mastigavam-na e distribuíam-na em cigarros, frasco de água sedativa e pílulas de aloés. Chegaram a tentar a cura de um corcunda.

Tratava-se de uma criança que encontraram em um dia de feira. Sua mãe, uma mendiga, levava-a todas as manhãs à casa deles. Eles friccionavam a corcunda com gordura canforada, aplicavam sobre ela, durante vinte minutos, um cataplasma de mostarda, em seguida recobriam-na com diaquilão e, para ter certeza de que o paciente voltaria, ofereciam-lhe o almoço.

[...] Contudo, o corcunda não se endireitou. O coletor de impostos abandonou o cigarro, que lhe agravava as sufocações. Foureau reclamou das pílulas de aloé que lhe causavam hemorroidas. Bouvard sentiu dor de estômago, e Pécuchet, enxaquecas atroz. Perderam a confiança em Raspail, mas tiveram o cuidado de nada dizer a esse respeito, pois temiam que fosse abalada a consideração de que desfrutavam.

[...] Acompanhavam o médico à casa dos pobres e depois consultavam seus livros. Os sintomas anotados pelos autores não eram os que acabavam de observar [...].<sup>34</sup>

Na leitura que Bouvard e Pécuchet fazem do *Manual da Saúde*, de François Raspail, nesse trecho, parece surgir a desapropriação sofrida pelo conteúdo do manual. Aquilo que realmente nele estava escrito perder-se-ia em meio às peripécias dos protagonistas, que demonstrariam total inabilidade para compreenderem sintomas e para entenderem a aplicação da cânfora, bem como o uso desmedido do medicamento, demonstrando total falta de apropriação dos conceitos do manual e reaplicação deles. Contudo, a discussão centrar-se-ia principalmente no duplo deslocamento que esses movimentos dos personagens passariam a ter: a repetição, o uso do texto de Raspail, ora pode apontar para uma imbecilidade dos nossos protagonistas ao não conseguirem concretizar o conteúdo do manual, o que faz com que este perca sua função (já que ele deveria conter conceitos básicos a fim de que possa ajudar aquele que lê a compreender determinada situação ou objeto); ora pode explicitar que naquele momento o texto se vale de outros textos, denunciando a prática da biblioteca.

Ainda no que concerne ao simulacro, podemos pensar que, para Foucault, ele seria a terceira imagem que passaria a compor a literatura. Quando o autor trata da tríade obra-linguagem-literatura, aponta que as duas últimas passaram a não se encontrar nunca, pois haveria entre elas somente uma

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 103-104.

espécie de espaço virtual, em que elas se encontram de forma especular, que é o próprio simulacro: “[...] parece-me que a literatura, se interrogarmos o seu próprio ser, só poderia responder uma coisa: não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo o ser da literatura [...]”<sup>35</sup>.

O simulacro seria, então, um espaço em que não há nem obra nem literatura, mas sim troca constante entre obra e literatura<sup>36</sup>. Em *Bouvard et Pécuchet*, esse limiar parece ser sempre tocado, esse espaço entre espelhos em que literatura e obra se refletem surgiria a todo instante, já que o espaço em que se organiza o murmúrio das palavras é sempre de certa tensão, pois há organização de outros discursos, há certa hesitação acerca de que forma dar ao texto (é um romance, é uma enciclopédia, tendo em mente o *Dictionnaire des idées reçues*). Ademais, haveria a ideia mesma de uma obra que não possui um fim, a organização do murmúrio das palavras pode se multiplicar em virtude da própria forma do texto, do fato de os capítulos poderem tratar de várias áreas do conhecimento.

### *Biblioteca, espaço de escritura, espaço de leitura?*

A ideia de biblioteca, a qual apareceu como um espaço de armazenamento, foi trabalhada por Foucault também no desenvolvimento de outra noção que nos parece bastante pertinente, a de heterotopia:

[...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contrapositionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se pode encontrar no interior da cultura, são ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, apesar de, entretanto, serem efetivamente localizáveis. Esses lugares, porque são absolutamente todos os outros lugares que eles refletem e de que estão falando, eu os chamo, em oposição às utopias, heterotopias [...].<sup>37</sup>

Nesses espaços denominados heterotopias, vários tempos podem ser incorporados, bem como vários discursos, o que leva o filósofo a observar a biblioteca como um desses espaços:

---

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel. “Linguagem e literatura”. *Op. cit.*, p.147.

<sup>36</sup> É importante, aqui, apontar as definições dadas por Foucault para fazer a distinção entre linguagem, obra e literatura. A primeira seria “o murmúrio de tudo que é pronunciado e, ao mesmo tempo, o sistema transparente que faz com que, quando falamos, sejamos compreendidos”; já a segunda seria a coisa estranha no interior da linguagem, “essa configuração da linguagem que se detém em si própria, se mobiliza e constrói um espaço que lhe é próprio, retendo nesse espaço o fluxo do murmúrio que dá espessura à transparência dos signos e das palavras”; a terceira, por fim, não é nem linguagem nem obra, mas sim “o vértice de um triângulo por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem”. (Cf. FOUCAULT, M. “Linguagem e literatura”. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 140).

<sup>37</sup> FOUCAULT, Michel. *Des espaces autres* (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967), In: *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.5, oct. 1984, p. 46-49. *Dits et écrits*, 1984. Disponível em: <http://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.fr.html>. Acesso em 23 nov. 2012.

[...] há as heterotopias do tempo que se acumulam ao infinito, por exemplo, os museus, as bibliotecas; museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se amontoar e de se empilhar, enquanto no século XVII, até o fim do século XVIII ainda, os museus e as bibliotecas eram a expressão de uma escolha individual. Contrariamente, a ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de aprisionar num lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos que esteja ele mesmo fora do tempo, e inacessível a seu desgaste, o projeto de organizar, desse modo, uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo num lugar que não se modificasse, enfim, tudo isso pertence a nossa modernidade. O museu e a biblioteca são as heterotopias que são próprias à cultura ocidental do século XIX [...].<sup>38</sup>

Esse gosto por organizar e acumular tudo também já apareceu durante esse texto de outra forma que não a biblioteca: a enciclopédia, o dicionário. Esses são espaços de acumulação de conhecimento, e Flaubert explorou esta ideia ao produzir *Bouvard et Pécuchet*. Ao acabar criando certo esvaziamento do discurso, ou ainda ao explorar certa inversão da finalidade dessa acumulação, Flaubert parece ter deslocado ainda mais esses espaços que já estariam fora do tempo. O autor desconcerta, desse modo, o leitor quando este encontra correspondências entre a ideia de enciclopédia e a de dicionário e a forma como esses aparecem no texto flaubertiano, mas, ao mesmo tempo, também percebe que eles talvez não funcionariam mais como espaços de conhecimento.

Retornando à biblioteca, ela é um espaço que pode ser denominado heterotopia, logo, que acumula o tempo e que se encontra fora dele simultaneamente. Sendo uma biblioteca, a ideia da leitura emerge imediatamente, já que a biblioteca ganha existência quando é acessada, quando é usada, quando aquilo que ela carrega em si é acionado por meio da leitura. Sendo assim, poderíamos apontar que ela seria inacessível ao desgaste do tempo principalmente porque ela seria um espaço de leitura, de renovação, um espaço que continuaria a ser enunciado por meio do leitor.

Ela acaba, por sua vez, configurando-se como um espaço de combinações múltiplas à escritura e à leitura. No que concerne à primeira, muito já foi analisado. Já quanto à segunda, novas questões podem ser colocadas. O autor Flaubert parece entrar na tensão que ele aos poucos criaria no seu texto quanto à relação entre leitor e autor, já que ele seria, antes de tudo, um leitor declarado ao apresentar no texto tantas citações e referências, além de fazer uso constante da cópia, ou seja, já que ele sempre parece deixar claro o uso recorrente da biblioteca. Até o presente momento, a ideia parece ter ficado evidente: Flaubert é um leitor, mas pode-se ir além: qual é a problemática que se instauraria com a denúncia incessante de ser leitor? Será que declarar de forma tão incisiva o uso da biblioteca teria relação somente com a escritura, apontando o processo de escrita? Será que isso não apontaria uma tensão provável entre o que seria um espaço de escritura e um de leitura?

Além dessas, poderíamos ainda observar outra questão: como *Bouvard et Pécuchet* acumula em si muitos livros, a própria obra seria uma réplica de uma pequena biblioteca, talvez, uma heterotopia, conseguindo encontrar-se fora do tempo. Observando o que Foucault desenvolve acerca da biblioteca, aquela poderia ser vista como um não lugar, pois aglutina vários discursos; por isso, está dentro e fora de espaços e tempos possíveis. Tendo em mente

---

<sup>38</sup> Ibidem.

ainda o que Foucault compreende por heterotopias, para ele, elas ainda teriam uma função, o que as diferenciaria de outros espaços não heterotópicos:

[...] o último traço de heterotopias é que elas têm, em comparação com o restante espaço, uma função. Essa função se desdobra entre dois polos extremos. Ou seu papel é o de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda o espaço real, todos os lugares dentro dos quais a vida humana é particionada. Talvez este seja o papel desempenhado por longo tempo pelos bordéis famosos que agora são privados. Ou, pelo contrário, a criação de outro espaço, outro espaço real, tão perfeito, tão metuculoso, tão bem organizado que o nosso se torna confuso, mal construído e projetado. Isso seria a heterotopia, não de ilusão, mas de compensação, e me pergunto se não é um pouco assim que funcionavam algumas colônias [...].<sup>39</sup>

Tanto a função de iludir como a de compensar configurariam um caminho interessante para pensarmos a leitura, pois a obra flaubertiana parece ser um espaço em que essa contradição poderia existir. Parece ser possível pensar na ilusão considerando a própria ideia de biblioteca, já que esta seria um espaço no qual, pela própria organização, aquele que lê poderia encontrar ilusoriamente como possibilidade a instrução, um contato intenso com muitas obras (o que não se concretiza, tal qual vimos, mas o ambiente de aprendizagem e a ideia enciclopédica são explorados, parecendo criar uma ilusão de aprendizado). Esse espaço ilusório, por sua vez, parece concretizar-se no momento da leitura, por conseguinte, seria interessante pensar em como o leitor se enreda nesta ilusão, e pensar inclusive se uma das atuações dela não seria criar um espaço de leitura.

A ideia de compensação talvez também possa surgir como um fato a ser analisado. Apesar das confusões em que Bouvard e Pécuchet se colocam, há uma organização bastante rígida na construção da obra (vimos isso na composição dos capítulos), o que inclusive parece relacionar-se com a ideia mesma de dicionário, de enciclopédia (que seguem uma ordem alfabética, por exemplo). Essa maneira organizada que estaria no pressuposto de acumular o conhecimento (a ideia de catalogação mesma) não parece corresponder à forma como as pessoas se relacionariam com o conhecimento na vida real, o que poderia desconcertar aquele que lê, pois não encontra esta relação tão organizada na realidade. Inclusive, parece ser possível observar que já os protagonistas não conseguem encontrar na leitura deles uma relação tão simétrica entre ela e o mundo no qual se inserem, ou seja, eles já encontrariam no mundo uma desorganização grande em comparação com aquilo que leem, como se o espaço que eles ocupam fosse confuso, mal construído e mal projetado. Observar a obra como um espaço de compensação para o leitor, seja ele o personagem ou os leitores da obra *Bouvard et Pécuchet*, parece uma leitura possível.

---

<sup>39</sup> Ibidem.

### Referências bibliográficas

- BRIX, Michel. “L’Éducation sentimentale de Flaubert: de la peinture de la passion “inactive” à la critique du romantisme français”. *Études littéraires*, vol. 30, n. 3, 1998, p. 107-119.
- DEBRAY-GENETTE, Raymonde. *Métamorphoses du récit autour de Flaubert*. Paris: Seuil, 1988.
- DELEUZE, G. *Nietzsche a e filosofia*. Trad. Ruth Joffily; Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976. Disponível em: [http://poars1982.files.wordpress.com/2008/06/deleuze\\_nietzsche\\_ea\\_filosofia.pdf](http://poars1982.files.wordpress.com/2008/06/deleuze_nietzsche_ea_filosofia.pdf). Acesso em 18 ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa; Antonio Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.
- \_\_\_\_\_. “O livro por vir”. In: *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FLAUBERT, Gustave. *Bouvard e Pécuchet*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Correspondências*. Disponível em: <http://flaubert.univrouen.fr/correspondance/conard/lettres/lettres1.html>. Acesso em 15/11/2012.
- FOUCAULT, Michel. “La bibliothèque fantastique”. In: *Travail de Flaubert*. Paris: Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Des espaces autres* (conférence au Cercle d’études architecturales, 14 mars 1967), In: *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.5, oct. 1984, p. 46-49. *Dits et écrits*, 1984. Disponível em: <http://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heterotopia.fr.html>. Acesso em 23 nov. 2012.
- \_\_\_\_\_. “A Linguagem ao Infinito”. In: *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Linguagem e literatura”. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l’espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf) Acesso em 23 abr. 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. “Dissenso”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, s.d.

Recebido em: 17 de abril de 2016  
Aprovado em: 15 de maio de 2016